

Os evangélicos em números: algumas observações sobre o que revelou (e o que não revelou) o estudo *Novo Mapa das Religiões* sobre o “agregado evangélico brasileiro”

Daniel Rocha

Paola La Guardia Zorzín

As pesquisas quantitativas têm um grande poder de atração sobre as pessoas. Alguns levantamentos conseguem mobilizar o interesse dos mais variados estratos da sociedade e ultrapassam os limites da comunidade científica, virando matéria-prima para reportagens na grande mídia, temas para ciclos de debates em entidades da sociedade civil e até mesmo assunto para conversas e discussões de botequim. Tomando como exemplo a esfera política, debates e discussões sobre os planos de governo e projetos dos candidatos, especialmente na “cultura política brasileira”, viram nota de rodapé no processo eleitoral enquanto os números das pesquisas quantitativas sobre a “corrida eleitoral” (as qualitativas são, normalmente, utilizadas apenas pelas coordenações de campanha para indicar os rumos da estratégia eleitoral) viram, quase que imediatamente, assunto em todos os lares e espaços do país, dos mais aos menos politizados.

A extensão desta constatação para as discussões sobre o campo religioso brasileiro parece ser viável. Os dados sobre as transformações na divisão do “bolo” das religiões são sempre aguardados com ansiedade não apenas pelos estudiosos do fenômeno religioso e pelas cúpulas das diferentes igrejas e religiões, mas também por grande parte dos fiéis dos mais diferentes credos, que vibram com o crescimento de sua opção religiosa ou preocupam-se com seu declínio. Nos momentos em que dados de alguma pesquisa quantitativa são liberados, a religião reaparece nas páginas dos jornais e revistas e nas telas dos televisores. A diminuição do percentual de católicos e o aumento do número de membros das igrejas neopentecostais tornam-se temas quentes nas citadas conversas de botequim.

Em agosto de 2011, dando sequência a um trabalho publicado em 2007¹, o Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas - CPS/FGV divulgou um estudo

intitulado *Novo mapa das religiões* (Neri, 2011). Esse trabalho teve por base os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os dias 19 de maio de 2008 e 18 de maio de 2009, com uma amostra de 55.970 domicílios espalhados por todo o país. Tal estudo colocou novamente na ordem do dia (da mídia e dos pesquisadores) as discussões sobre a composição do campo religioso brasileiro, suas características e tendências. No que diz respeito aos grandes ramos do cristianismo brasileiro, o *Novo mapa das religiões* apresentou um catolicismo decadente, um pentecostalismo estagnado e um agregado evangélico não-pentecostal em franco crescimento.

A presente comunicação busca fazer uma breve discussão sobre os resultados e, principalmente, sobre as reflexões apresentadas pelo trabalho do CPS/FGV em relação aos evangélicos no Brasil, tanto os pentecostais quanto os não-pentecostais. Inicialmente, far-se-á uma análise da metodologia e características da POF/IBGE, pesquisa que serviu de base para o *Novo mapa das religiões*. Em seguida, serão apresentados os principais números e as análises feitas pelo CPS/FGV sobre os dados fornecidos pela POF relativos à composição e distribuição dos evangélicos, levando-se em conta uma análise comparativa entre os resultados apresentados pelos estudos de 2007 e 2011. Por fim, buscar-se-á analisar, através do cruzamento dos dados da POF com as conclusões apresentadas pelo *Novo mapa das religiões*, as virtudes e contribuições, mas também as distorções do estudo do CPS/FGV em relação à análise do “agregado evangélico” brasileiro.

Qual é a sua religião?

Como dito anteriormente, o estudo *Novo mapa das religiões* teve por base os dados da POF 2008-2009 do IBGE. Inicialmente, algumas questões devem ser feitas para que possamos analisar tais dados. O que é a POF? Como ela é realizada? Como a religião aparece nos seus instrumentos de coleta de dados?

O objetivo principal da POF é coletar dados relativos aos gastos, rendimentos, ao consumo de produtos e serviços e às disparidades regionais brasileiras em termos econômicos e de qualidade de vida. Embora o foco esteja nas questões econômicas, um dos questionários da POF, o questionário POF1², é composto por perguntas que visam traçar as características gerais dos domicílios e de seus moradores. É nesse questionário que se encontram as perguntas relativas a gênero, cor ou raça, idade, escolaridade e - isso é o que nos interessa diretamente - à religião dos entrevistados.

De fato, a única pergunta sobre religião do questionário é sobre qual é “a religião ou culto” do entrevistado. A resposta provém de uma autodeclaração: não há espaço para uma interpretação ou correção por parte do entrevistador. Se o entrevistado se define como católico, como membro da Assembleia de Deus, como budista etc., essa é a resposta que deve ir para os questionários. Esse tipo de metodologia, embora seja, aparentemente, a mais correta ou mesmo óbvia, não está isenta de possíveis distorções.

A discussão sobre perguntas relativas à cor/raça dos entrevistados deixa mais claras essas complicações advindas da autodeclaração. Quando se realiza um trabalho com dados raciais é necessário estar ciente de que o conceito de raça é “construído socialmente” e é “portador de ambiguidades” (Telles, 2003, p. 113), o que implica que não é fixo ou preciso. Não raro, no Brasil, o entrevistador tem uma opinião divergente à do entrevistado sobre qual seria a sua raça. Dependendo de quem responde a questão sobre a raça de um indivíduo (se o entrevistador ou o entrevistado) podem ser encontrados diferentes resultados em análises de desigualdades raciais³. No caso do quesito “religião”, obviamente, é impossível que o entrevistador pressuponha a resposta do entrevistado. Entretanto, pode-se pensar se os resultados não seriam diferentes caso o entrevistador procurasse “ajudar” o entrevistado, orientando sobre o significado de cada opção. Ou mesmo definisse se o entrevistado pertence a alguma religião dependendo do número de vezes que ele frequenta seus cultos.

Outro fator a ser levado em conta é “quem responde o questionário”. Os autores Longo e Campos (2006), usando microdados do Censo de 2000, por exemplo, constataram que a grande maioria das declarações de cor (72,3%), naquele ano, era resultado do julgamento de outrem e não da autoidentificação para com uma raça/cor:

Os resultados deste trabalho mostram que a declaração de informação, tida como autodeclaração, na realidade é uma alterdeclaração. Mais de 70% das declarações de raça/cor são dadas por terceiros, ou seja, outras pessoas moradoras do domicílio pesquisado. Esse resultado mostra que embora tenhamos várias linhas de pesquisa considerando as declarações de raça/cor como autodeclarações, ou seja, declarações de como a pessoa se vê, na verdade estamos tratando na maioria das vezes de como o outro vê a pessoa (Longo; Campos, 2006, p. 12).

Considerando as possibilidades de “alterdeclaração” e retornando à religião, pode-se pensar em distorções nos resultados? Se o entrevistado que responde pelos outros moradores do domicílio - que estavam ausentes na hora da entrevista - não poderia tender a

dizer que os outros moradores são da sua própria religião? Um exemplo para deixar mais claro: uma mãe católica ou evangélica praticante que possui um filho que, se fosse entrevistado, declarar-se-ia sem religião, não poderia ter o impulso de dizer que seu filho é da sua própria religião (estaria, no máximo, “desviado”)? São apenas conjecturas, mas questões como essas devem ser levadas em conta antes de assumir uma aparente infalibilidade e imparcialidade dos números.

Os evangélicos no *Novo mapa das religiões*

O que dizem os números do “Novo mapa das religiões”? Não temos o interesse de reproduzir aqui todos os dados e cruzamentos oferecidos pelo estudo da FGV. O texto mostra os resultados de interessantíssimos cruzamentos de dados da POF, relacionando religião e economia, religião e sexo, religião e faixa etária, religião e escolaridade etc. Além disso, a pesquisa também apresenta as peculiaridades regionais na divisão religiosa da população. Cada uma dessas informações já forneceria material para vários diferentes trabalhos. Para o objetivo proposto para este texto – fazer um breve estudo sobre os resultados e as análises relativas aos evangélicos no Brasil - as informações principais são as que dizem respeito à evolução da divisão religiosa da população brasileira. Os dados são apresentados na tabela abaixo:

Classificação religiosa (percentual) da população brasileira - 2003 e 2009.

Categoria	Católicos	Evangélicos pentecostais	Evangélicos (outros)	Sem religião	Espiritualistas	Outros
POF 2003	73,79	12,49	5,39	5,13	1,50	1,17
POF 2009	68,43	12,76	7,47	6,72	1,65	2,89

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da POF 2003 e da POF 2009.

Fazendo uma breve síntese, o que mostram os números do *Novo mapa das religiões*, em especial sobre as igrejas cristãs no Brasil? Seguindo a tendência histórica, por um lado, observa-se o gradual declínio do percentual de católicos no total da população brasileira. Por outro lado, também refletindo um movimento observado em pesquisas anteriores, constata-se o crescimento contínuo do que poderíamos chamar de “agregado

evangélico”, no qual se somam os protestantes históricos (de imigração e de missão), os pentecostais e, também, os chamados neopentecostais (ou pós-pentecostais, na definição de Siepierski, 1997). Um fato que chama a atenção e que parece, num primeiro momento, indicar uma novidade é o grande crescimento do percentual de evangélicos não pentecostais, que pularam de 5,39% da população em 2003 para espantosos 7,47% em 2009, num ritmo de crescimento muito maior que o dos evangélicos pentecostais, que foram, nesse mesmo período, de 12,49% para 12,76%. Resumo da ópera: diminuem os católicos, crescem os evangélicos não pentecostais e permanecem praticamente estagnados os pentecostais, freando seu ritmo de intenso crescimento apresentado em pesquisas anteriores.

Olhando com mais cuidado e com uma aproximação mais crítica dos dados da pesquisa, parece que “a coisa” não é assim tão simples. No anexo 1 do *Novo mapa das religiões* é apresentada uma tabela de “Classificação Religiosa” onde são mostradas as igrejas que compõem os três grandes “agregados cristãos”: católicos, evangélicos de missão e evangélicos pentecostais. Tal divisão apresenta algumas “heresias”, como chamar as Igrejas Luteranas de “evangélicas de missão”⁴, unir católicos romanos e ortodoxos (coisa que vários concílios não conseguiram) e inserir os adventistas no conjunto dos evangélicos, já que estes, segundo Campos (2008, p. 27), “não se consideram evangélicos e nem são por eles assim designados”.

Entretanto, no que diz respeito à reflexão proposta neste artigo, essa tabela apresenta outros complicadores. Nela encontramos elencadas entre as igrejas evangélicas de missão (que seriam as não pentecostais) a presença de denominações como a Presbiteriana Renovada, a Metodista Wesleyana, a Batista Pentecostal, a Batista Renovada e a Igreja Adventista da Promessa, igrejas declaradamente pentecostais, algumas deixando isso claro até no próprio nome. Apesar de parecer ser um equívoco não incluí-las no grupo dos pentecostais, esse fato, devido ao tamanho reduzido de tais denominações, não distorce de forma significativa os resultados, já que o somatório dos membros dessas quatro igrejas oscilou de 0,29% em 2003 para 0,31% do total da população em 2009. Entretanto, voltando à problemática da autodeclaração, a mensuração de tais denominações pode ter ficado prejudicada, pois, provavelmente, seus membros responderam simplesmente ser batistas, presbiterianos, adventistas ou metodistas e foram somados nas categorias “Igreja Evangélica Batista”, “Igreja Evangélica Presbiteriana”, “Igreja Evangélica Adventista do Sétimo Dia” e “Igreja Evangélica Metodista”⁵.

Outra questão chama mais a atenção ainda. Observando os resultados com maior cuidado, em especial o anexo com o “Ranking das denominações religiosas”, onde é apresentado o percentual de participação de cada uma das igrejas e religiões em separado, o crescimento apresentado pelo grupo evangélico não pentecostal começa a se tornar questionável. O segmento que mais cresceu, e é o grande responsável pela expansão dos evangélicos não pentecostais, é o dos “evangélicos sem vínculo institucional”, que passou de 0,50% para 2,54% da população. Há algo que garanta que esse grande contingente de “evangélicos sem casa” são evangélicos não pentecostais? Embora haja a categoria “evangélico pentecostal sem vínculo institucional” (que apresentou um crescimento bem mais modesto: de 0,21% em 2003 para 0,27% em 2009), se deve ter por certo que os “evangélicos sem vínculo institucional” não contariam com um grande contingente de evangélicos com crenças pentecostais? São questionamentos que devem ser levados em conta. Não sendo considerado tal segmento, teria ocorrido o seguinte: os evangélicos não pentecostais teriam, na verdade, oscilado em sua participação no total da população de 4,89% em 2003 para 4,93% em 2009.

Logicamente, os dados estão abertos a outras interpretações. Se não se pode afirmar que os evangélicos sem vínculos institucionais não são necessariamente não pentecostais, também não se pode afirmar, baseado nos dados disponíveis, o contrário. Sigamos para outra abordagem menos nebulosa. O relatório da pesquisa afirma que o agregado evangélico tradicional cresceu: “Os evangélicos, incluindo-se tanto os ramos *tradicionais* quanto pentecostais, seguem a sua trajetória de crescimento [...]” (Neri, 2011, p. 8, *grifo nosso*). Parte da imprensa⁶ e, também, algumas lideranças protestantes⁷ repercutiram tal aspecto da pesquisa. Ao se falar de evangélicos tradicionais, crê-se estar falando das igrejas originárias da reforma protestante, as primeiras a se estabelecer em terras tupiniquins. Os resultados das denominações protestantes históricas no período são apresentados na tabela abaixo:

**Classificação religiosa (percentual) da população brasileira
por denominações protestantes históricas - 2003 e 2009.**

Denominações	2003	2009
Batistas ⁸	1,92	2,09
Luteranos ⁹	1,45	0,54
Presbiterianos ¹⁰	0,56	0,48

Metodistas ¹¹	0,10	0,16
Congregacionais	0,09	0,07
Anglicanos	0,01	0,01

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da POF 2003 e da POF 2009.

Somando-se os percentuais dos representantes do protestantismo histórico, vê-se que este encolheu no período pesquisado: caindo de 4,13% para 3,35% da população brasileira no intervalo entre as duas pesquisas da FGV. Portanto, pode-se dizer que, ao contrário do que uma leitura apressada dos números parece indicar, juntamente com o catolicismo, o protestantismo histórico (ou tradicional, nos próprios dizeres da pesquisa) tem diminuído no Brasil. Representantes mais próximas do pensamento de Lutero e de Calvino, as igrejas luteranas e presbiterianas, respectivamente, são as principais responsáveis por essa queda. Os batistas, por outro lado, mantêm um viés constante de crescimento (sobre isso, se tratará mais adiante).

E então?

Após essa análise crítica dos resultados e das interpretações do CPS/FGV sobre tais dados, quais conclusões podemos tirar sobre o retrato apresentado sobre o “agregado evangélico” na POF 2008-2009?

Uma primeira conclusão pode ser tirada a partir do exemplo do mingramento do número de luteranos: um aparentemente irreversível processo de *dissolução dos vínculos tradicionais*. O exemplo do luteranismo ilustra bem uma tendência de pós-traditionalização do campo religioso brasileiro, ideia já desenvolvida anteriormente por Pierucci (2005, p. 19):

Nas sociedades pós-tradicionais, *et pour cause*, decaem as filiações tradicionais. Nelas os indivíduos tendem a se desencajar de seus antigos laços, por mais confortáveis que antes pudessem parecer. Desencadeia-se nelas um processo de desfiliação em que as pertencas sociais e culturais dos indivíduos, inclusive as religiosas, tornam-se opcionais e, mais que isso, revisáveis, e os vínculos, quase só experimentais, de baixa consistência. Sofrem fatalmente com isso, claro, as religiões tradicionais.

O luteranismo brasileiro caracteriza-se por ser, quase que exclusivamente, ligado à colônia alemã no Brasil e aos seus descendentes diretos. Sua distribuição sobre o território brasileiro, inclusive, coincide com as principais áreas de imigração alemã, especialmente no Sul do Brasil, no oeste capixaba e em outros focos de imigração isolada como, por

exemplo, a região do Vale do Mucuri em Minas Gerais. Tal vinculação étnica e a falta de uma prática proselitista mais visível, que abriria maiores entradas para o luteranismo fora da comunidade alemã, parecem não apontar para uma mudança nessa tendência de declínio do luteranismo que, “passados já quase dois séculos de sua presença no Brasil, cerca de seis gerações, parece já não resistir ao desgaste da inevitável aculturação” (Mendonça, 2006, p. 90).

Em um “mercado religioso” extremamente aquecido, aquelas igrejas e religiões que não se mobilizam no sentido de entrar no processo concorrencial da “disputa de almas”, de maneira mais incisiva, saem perdendo. O luteranismo voltado para dentro da comunidade germânica, mantendo suas formas e ritos tradicionais, tentou ficar à parte da competição, mas acabou sendo, junto com o catolicismo e as religiões afro-brasileiras, o maior perdedor. A liberdade religiosa, cada vez mais disseminada, e a desvalorização dos vínculos tradicionais fortaleceram a ideia da escolha individual no processo de filiação religiosa, pondo-se em destaque a perspectiva da *conversão*, onde há a passagem “de um *status* (religioso) *adscrito* para um *status* (religioso) *adquirido*. A conversão, posto que mudança de uma religião de *origem* para uma religião de *escolha*, descreve um movimento propriamente dito de mobilidade social” (Pierucci, 2006, p. 115). Os vínculos do indivíduo com a sua comunidade religiosa tornam-se estritamente religiosos¹².

Outra conclusão: nesse quadro competitivo, *levam vantagem as igrejas que possuem estruturas organizacionais menos rígidas*, por serem mais adaptáveis ao contexto e ao que os indivíduos, livres dos laços tradicionais, têm demandado da religião. Talvez essa seja uma das possíveis respostas para entender, em parte, o declínio do presbiterianismo. A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e a Igreja Presbiteriana Independente (IPIB), principais ramos do presbiterianismo no Brasil, são organizadas em sistemas hierárquicos, que vão desde os conselhos das igrejas locais indo até um supremo concílio nacional, passando por estruturas intermediárias (presbitérios e sínodos), nos quais cada instância tem autoridade sobre as instâncias inferiores tanto em questões doutrinárias quanto administrativas. As igrejas presbiterianas locais não possuem autonomia para “inovações” doutrinárias e litúrgicas¹³, embora uma ou outra não leve ao pé da letra as decisões das instâncias superiores (mesmo sujeitas a “enquadradas” da direção da igreja).

O posicionamento conservador das direções das igrejas presbiterianas, sua resistência às mudanças, sua teologia mais voltada para o “celeste porvir” e para a ética ascética do que para as demandas pragmáticas das novas “clientelas religiosas” (cura,

êxtases etc.), de forma geral, seu engessamento e apego a valores tradicionais do protestantismo histórico parecem colocar o presbiterianismo em posição de inferioridade na disputa do “mercado religioso”, sendo o mingramento do seu número de membros uma tendência, dentro dos atuais moldes, irreversível. O protestantismo tradicional parece ferido de morte: “as congregações tradicionais protestantes típicas talvez venham a limitar-se no futuro a pequenos grupos de pessoas ‘educadas’ reunidas nos melhores templos ouvindo Bach e Haendel, cantando os antigos hinos e atentas a pregadores remanescentes da erudição do púlpito” (Mendonça, 2006, p. 92).

Qual o diferencial dos batistas? Por um lado, pode-se observar o reverso da medalha do caso presbiteriano. Diferentemente dos presbiterianos, as igrejas batistas são caracterizadas por um sistema de governo congregacional, onde cada igreja local tem grande autonomia, sendo a adesão a convenções regionais e nacionais facultativa e, mesmo filiadas a tais convenções, as igrejas batistas não devem subordinação total a elas, permanecendo a assembleia da igreja local seu órgão de deliberação último. Tal liberdade tem auxiliado na expansão dos batistas, expansão esta, semelhantemente ao caso das igrejas pentecostais, “ligada ao seu dinamismo, à sua capacidade de mobilização e à sua estratégia de evangelização” (Antoniazzi, 2004, p. 27). As igrejas batistas têm se destacado no uso dos modernos meios de comunicação, no refinamento das técnicas de proselitismo e também no mercado *gospel*, onde se destaca, entre outros, o ministério musical Diante do Trono, da Igreja Batista da Lagoinha (BH/MG), que vêm tendo grande visibilidade midiática, mesmo na mídia não evangélica.

Outro benefício de tal liberdade organizacional é a abertura que os batistas vêm apresentando para as *doutrinas e práticas pentecostais*. Tal questão nos remete novamente à reflexão sobre os números da pesquisa da FGV, especialmente no que diz respeito ao crescimento dos evangélicos não pentecostais que, como visto anteriormente, parece enganoso. De fato, a tradição protestante das igrejas históricas perdeu espaço no decorrer dos anos. O movimento de “renovação espiritual”, que ganhou força na década de 1960, e só vem se fortalecendo ao longo dos anos, “concorreu para tornar o protestantismo brasileiro ainda mais predominantemente pentecostal.” (Cavalcanti, 2002, p. 215). Há uma tendência de grande parte das lideranças das igrejas tradicionais, embora não de todas, como visto no caso presbiteriano, de “tolerar esses movimentos pentecostalizes, tentando acomodar seus adeptos sem hostilizá-los, mesmo porque, em muitos casos, eles

têm-se tornado maioria no conjunto dos membros das igrejas” (Baptista, 2002, p. 13). Os batistas são, talvez, o exemplo mais claro de tal processo.

Por fim, esta reflexão nos leva a uma última conclusão: no frígido dos ovos, *o pentecostalismo - embora a pesquisa da FGV tenha mostrado uma freada em seu ritmo de crescimento - continua sendo “a bola da vez” da religiosidade brasileira*. Parece ser verdadeira a consideração de Almeida (2008, p. 49) quando ele afirma que “há um sistema discreto de religiosidade de perfil evangélico-pentecostal que ultrapassa as instituições evangélicas-pentecostais”. Ainda para esse autor, “o estereótipo do jeito de ser religioso neste país cada vez mais fica com a cara evangélica. Mais ainda do que as igrejas pentecostais, o que se expande são as características desta religiosidade” (Almeida, 2008, p. 55).

Se os pentecostais já são maioria absoluta no agregado evangélico, conforme atestado pela pesquisa, os números da pesquisa não refletem a real proporção e abrangência das doutrinas e práticas pentecostais no Brasil. Apesar da força desses números, é preciso lembrar que eles não levam em conta a presença de tendências e movimentos pentecostais dentro das igrejas tradicionais. Estima-se que os fiéis que têm uma orientação pentecostal ou que, pelo menos, creem na contemporaneidade dos “dons do Espírito” sejam, inclusive, maioria entre os membros das igrejas protestantes históricas. Almeida compartilha dessa perspectiva: a expansão pentecostal “tem um alcance maior do que a própria adesão de fiéis ao pentecostalismo. Se este cresce demograficamente, muito maior tem sido a influência sobre outras religiões assim como na própria sociedade” (Almeida, 2008, p. 55). Os números geram “uma sensação de que os evangélicos estariam sob forte pressão do crescimento pentecostal. Em outras palavras, eles tendem ao crescimento na medida em que assimilarem as estratégias dos movimentos pentecostal e carismático” (Campos, 2008, p. 35).

Esse processo de “pentecostalização” ultrapassa o campo evangélico e se torna cada vez mais visível no próprio catolicismo. A expansão da Renovação Carismática Católica (RCC) – com a proliferação de grupos de oração, comunidades carismáticas, “missas de cura” e, principalmente, com a ocupação do espaço midiático através de suas próprias rádios e emissoras de televisão - parece refletir uma tendência mais ampla da religiosidade brasileira contemporânea: criação de vínculos baseados na experiência individual e não na tradição, inovações e modernizações nas práticas litúrgicas e nas formas de interação entre os membros da comunidade, proselitismo religioso intenso na tentativa de levar as pessoas

a “conhecer Jesus”, uso intensivo da mídia, destaque dado às experiências extáticas com o Espírito Santo etc. Aparentemente, a RCC caminha, em termos numéricos, em sentido oposto ao do catolicismo tradicional e decadente. Concorde-se aqui com Leonildo Silveira Campos (2008, p. 45) quando ele afirma que “efetivamente, não se pode mais estudar o campo religioso brasileiro sem se levar a sério a carismatização do catolicismo e a pentecostalização do protestantismo histórico”.

Considerações finais

Esta breve reflexão buscou mostrar como a análise de pesquisas quantitativas, especialmente sobre um campo religioso poroso, escorregadio e multifacetado como o brasileiro, não é tarefa simples. Mesmo um trabalho brilhante de uma instituição das mais competentes e que conta com excepcionais pesquisadores como a FGV não está isento de certo grau de distorção na análise dos dados. Com a proximidade do anúncio dos dados sobre religião do Censo 2010 (previstos para junho de 2012¹⁴) e o provável *boom* de artigos, dissertações e teses que os terão por base, buscamos aqui levantar algumas questões sobre aproximações críticas que devem ser feitas antes de se analisar os dados da pesquisa, como o exame prévio do questionário utilizado, as características e metodologias utilizadas pelas pesquisas domiciliares do IBGE, as classificações religiosas utilizadas, etc. Além disso, convém ressaltar que pesquisas qualitativas podem ser de grande auxílio ao complementarem análises de pesquisas quantitativas e isso é verdade principalmente quando se pretende compreender as características do rico campo religioso brasileiro.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. Os pentecostais serão maioria no Brasil? **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 4, p. 48-58, dez. 2008.

ALMEIDA, Ronaldo de; MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 17-35, 2001.

ANTONIAZZI, Alberto. Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto? **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 3, n. 5, 2004. p. 13-39.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. “**Fora do mundo**”- **dentro da política**: identidade e “missão parlamentar” da Assembléia de Deus em Belém. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará, Belém.

BOBSIN, Oneide. A morte morena do protestantismo branco: contrabando de espíritos nas fronteiras religiosas. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

BONINO, José Miguez. **Rostos do protestantismo latino-americano**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

CAMPOS, Leonildo Silveira. A identidade protestante e a hegemonia pentecostal no cenário religioso brasileiro. **Tempo e Presença digital**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-6, 2007.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Composições e recomposições do poder espiritual e político. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 313, p. 20-23, set./out. 2000.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2007. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 4, p. 9-47, dez. 2008.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Protestantismo brasileiro e mudança social. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá (Org.). **Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004. p. 106-136.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica**. Viçosa: Ultimato, 2002.

CHESNUT, Andrew. **Born again in Brazil: the pentecostal boom and the pathogens of poverty**. New Jersey: Rutgers University Press, 1997.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-159.

GIUMBELLI, Emerson. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 87-119, 2001.

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. Comissão Executiva do Supremo do Supremo Concílio. **O que a Igreja Presbiteriana no Brasil será depois de uma reunião como esta?** Brasil Presbiteriano, maio 2007. Disponível em: <http://www.ipb.org.br/documentos_oficiais/Resolucoes_CE_maio_2007.pdf>. Acesso em: 25 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**. Disponível em: <http://www.fgv.br/ibrecps/BU/despesas/POF1_domicilio.pdf>. Acesso em: 28 out. 2011.

JACOB, César Romero et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2003.

LEAL, Luciana Nunes. Proporção de católicos é menor em quase 140 anos. **Estadão**, São Paulo, 23 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,proporcao-de-catolicos-e-a-menor-em-quase-140-anos,762646,0.htm>>. Acesso em: 24 out. 2011.

LONGO, Luciene Aparecida Ferreira de Barros; CAMPOS, Marden Barbosa. Auto ou Alter-declaração? uma análise da informação de raça/cor nas pesquisas domiciliares. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2006.

LOPES, Augustus Nicodemus. Ué!... e igreja tradicional cresce no Brasil? **O Tempora, O Mores**, 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://tempora-mores.blogspot.com/2011/08/ue-e-igreja-tradicional-cresce-no.html>>. Acesso em: 24 out. 2011;

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar**. Campinas: ANPOCS, 1996.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MARIANO, Ricardo. O futuro não será protestante. **Ciências Sociales y Religión: Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, Ano 1, n. 1, p. 89-114, set-1999.

MARIZ, Cecília Loreto. A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da igreja? **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.3, n. 1, p. 169-186, 2003.

MARIZ, Cecília Loreto. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 53-68.

MARTIN, David. **Tongues of fire: the explosion of protestantism in Latin America**. Oxford: Blackwell, 1990.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Evangélicos e pentecostais: um campo religioso em ebulição. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 98-110.

NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Novo mapa das religiões**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/bd/rel3/REN_texto_FGV_CPS_Neri.pdf>. Acesso em: 17 out. 2011.

NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Economia das religiões**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Disponível em: <http://www4.fgv.br/cps/simulador/site_religioes2/>. Acesso em: 22 out. 2011.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Bye bye Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. De olho na modernidade religiosa. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 9-17, 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Religião como solvente – uma aula. **Novos Estudos – CEBRAP**. São Paulo, v. 75, p. 111-127, 2006.

PROPORÇÃO de católicos é a menor em quase 140 anos. **Estadão.com.br**, São Paulo. 23 ago 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,proporcao-de-catolicos-e-a-menor-em-quase-140-anos,762646,0.htm>>. Acesso em: 24 out. 2011.

RIBEIRO, Paula Miranda; CAETANO André Junqueira. **Como eu me vejo e como ela me vê**: um estudo exploratório sobre a consistência das declarações de raça/cor entre as mulheres de 15 a 59 anos no Recife, 2002. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005. (Texto para discussão, n. 250).

SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões? In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **Território brasileiro**: uso e abusos. Campinas: Territorial, 2003.

SIEPIERSKI, Paulo. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 37, p. 47-61, 1997

SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre raça social no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p.107-25.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Corpo e juventude nas cristotecas católico-carismáticas. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES, 3, 2011, Florianópolis. **Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades**. Florianópolis: UFSC, 2011.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TELLES, Edward.; LIM, Nelson. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brasil. **Demography**, Chicago, v. 35, n. 4, p. 465-74, 1998.

¹ NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Economia das religiões**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Disponível em: <http://www4.fgv.br/cps/simulador/site_religioes2/>. Acesso em: 22 out. 2011.

² O questionário utilizado pelos entrevistadores está disponível em: <http://www.fgv.br/ibrecps/BU/despesas/POF1_domicilio.pdf>. Acesso em: 28 out. 2011.

³ Estudos indicam que, entre 1950 e 1991, as pessoas que se enriqueceram também se “embranqueceram” em sua autoclassificação (Silva, 1999). Nos anos noventa, porém, o movimento teria se invertido. Parece estar havendo uma tendência dos indivíduos mais instruídos ou pertencentes às classes mais elevadas se assumirem como negros, ao mesmo tempo em que, nesses casos, continuam sendo vistos pelos demais como mais “claro”, devido aos seus sinais de riqueza. O inverso ocorreria entre pessoas de mais baixa renda ou escolaridade (Telles; Lim, 1998; Miranda-Ribeiro; Caetano, 2005). Telles e Lim (1998) obtiveram resultados

interessantes a esse respeito, mostrando em quanto a desigualdade de renda é subestimada quando se utilizam dados de autodeclaração ao invés de dados de alterdeclaração: controlando por capital humano e mercado de trabalho, quando a classificação é feita pelo entrevistador, os brancos recebem 26% a mais que os pardos e, quando se trata de autodeclaração, essa diferença cai para 17%.

⁴ Há certo consenso entre os pesquisadores do protestantismo no Brasil em classificar o luteranismo, especialmente em seu principal ramo, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), como um “protestantismo de imigração”, diferenciando-se do protestantismo de missão. Tal classificação pode ser encontrada, entre outros, em: Mendonça; Velasques Filho (2002); e Antoniazzi (2004).

⁵ Nesse sentido, a autodeclaração também tende a prejudicar uma mensuração mais precisa das subdivisões dos ramos históricos como, por exemplo, presbiterianos do Brasil e presbiterianos independentes.

⁶ Por exemplo, em notícia veiculada sobre o estudo da FGV no *site* do **Estado de São Paulo** pode-se ler o seguinte: “A pesquisa também apontou a estagnação da proporção de evangélicos pentecostais (de igrejas como Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus, entre outras), que teve grande crescimento nos anos 1990, e aumento do evangélicos tradicionais (batistas, presbiterianos e luteranos, entre outros)”. Cf. PROPORÇÃO, 2011.

⁷ Em seu *blog*, o Reverendo Augustus Nicodemus Lopes, liderança de destaque da Igreja Presbiteriana do Brasil e chanceler da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ressalta o crescimento do protestantismo tradicional, segundo ele, atestado pelo estudo da FGV: “Está registrada a retomada do crescimento do Cristianismo evangélico tradicional no Brasil, fato que já havíamos pressentido a partir da nossa observação informal do cenário brasileiro pelas redes sociais, encontros, grande mídia, eventos, etc.”. Cf. Lopes (2011).

⁸ O resultado é o somatório das seguintes classificações das tabelas da pesquisa: “Igreja Evangélica Batista”, “Convenção Batista Nacional”, e “Convenção Batista Brasileira”. Não foram incluídas as denominações batistas “oficialmente” pentecostais como a Batista Pentecostal e a Batista Renovada.

⁹ A pesquisa agrega todos os luteranos em uma única categoria, não havendo distinção entre os membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

¹⁰ Como no caso dos batistas, não foram incluídas as igrejas declaradamente pentecostais como a Igreja Presbiteriana Renovada. O resultado é o somatório das seguintes classificações das tabelas da pesquisa: “Igreja Evangélica Presbiteriana”, “Igreja Presbiteriana Independente” e “Igreja Presbiteriana do Brasil”.

¹¹ Como no caso dos batistas e presbiterianos, não foram incluídos os membros da Igreja Metodista Wesleyana, de cunho pentecostal.

¹² Segundo Pierucci (2006, p. 123), “comunidade constituída e mantida por laços *especificamente* religiosos, então o primeiro passo em regra há de ser este: dissolver vinculações comunitárias anteriores, sejam elas quais forem, soltar os indivíduos de suas antigas amarras comunitárias, já sejam estas religiosas ou de outra ordem. O que Weber nos faz ver é que, de partida, está deflagrada uma competição dos ‘novos laços’ (que são de fraternidade puramente religiosa de ‘irmãos de fé’) com os ‘antigos laços’ (que são de fraternidade entre irmãos de sangue, de cor, de localidade, de pátria; ou de uma religião herdada, nativa, agora depreciada)”.

¹³ A introdução de elementos “pentecostalizantes” nos cultos presbiterianos tem sido combatida pelos concílios e pela diretoria executiva da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) recomendando aos pastores e às suas igrejas que mantenham o culto “puro” sem a introdução de danças litúrgicas, coreografias, palmas, etc. (mesmo assim, apesar do risco de processos internos, tais práticas podem ser observadas em algumas igrejas presbiterianas pelo Brasil afora). Tal posicionamento foi ratificado em um documento de 2007 da Comissão Executiva da IPB na qual decidiu “determinar que seja mantida e reforçada a tradição reformada que se reflete em decisões anteriores do SC/IPB sobre a matéria que, sempre fundamentado nas Escrituras, têm reconhecido e proclamado a santidade do culto que deve ser oferecido a Deus, pela mediação única de Cristo, com reverência e santo temor, na exclusiva dependência do Espírito Santo, para que haja também a verdadeira alegria espiritual (Cf. Sl 51.12,15) e que são inconvenientes todas as formas que possam distanciar os adoradores destes princípios, sendo que dentre essas formas inconvenientes, conforme já declarado pelo SC/IPB-1998, encontram-se as expressões corporais acentuadas, entre as quais estão incluídas práticas tais, como danças litúrgicas e coreografias; 3. Determinar aos ministros (Cf. art. 31, alínea “d” da CI) e aos presbíteros (Cf. art. 88, alínea “e” da CI), que sejam zelosos quanto ao santo culto do Senhor, repudiando todo “fogo estranho”, não ordenado na Palavra, e que, conseqüentemente, provoca a sua santa ira sobre os displicentes e infiéis”. Disponível em:

<http://www.ipb.org.br/documentos_oficiais/Resolucoes_CE_maio_2007.pdf>. Acesso em: 25 out. 2011.

¹⁴ Fonte: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/calendarioresul.php>>. Acesso em 27/04/2012.